

RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.819 - MA (2019/0086453-5)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR : FRANCISCO BEOLANDIO DOS SANTOS SILVA - MA012294
RECORRIDO : CARREL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO : ULISSES CÉSAR MARTINS DE SOUSA - MA004462

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração contra *decisum* deste relator, com a seguinte conclusão:

[...]

Portanto, haja vista que o termo inicial é 23/6/1988 (Decreto Estadual 4878/1988) e a referida ação somente foi ajuizada em 19/12/2007 (fls. 5-13, e-STJ), quando já decorridos os cinco anos previstos no art. 10, parágrafo único, do Decreto-Lei 3.365/1941, é inafastável a prescrição da pretensão indenizatória.

Ficam prejudicadas as demais questões trazidas no Recurso Especial.

Ante o exposto, dou provimento ao Recurso Especial para reconhecer tratar-se, no caso, de hipótese de limitação administrativa, com prazo prescricional quinquenal.

Houve interposição de Embargos de Declaração, nos quais se requer:

[...] que o presente recurso seja conhecido e provido para suprir a omissão apontada, a fim de que seja mencionada expressamente a inversão dos honorários de sucumbência em favor dos representantes judiciais do Estado do Maranhão, bem como se manifeste sobre o pleito de majoração dos honorários na forma do art. 85, §11 do CPC, ambos objeto de requerimento explícito na peça recursal.

É o relatório.

Decide-se.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 22.10.2019.

Verifica-se que o provimento do Recurso Especial alterou o julgado originário e, por isso, necessária a inversão da responsabilidade pelo pagamento do custeio processual.

Desse modo, a decisão contém omissão, quanto à inversão da sucumbência, que passa a ser sanada:

Onde se lê:

Ante o exposto, dou provimento ao Recurso Especial para reconhecer tratar-se, no caso, de hipótese de limitação administrativa, com prazo prescricional quinquenal.

Leia-se:

Ante o exposto, dou provimento ao Recurso Especial para reconhecer tratar-se, no caso, de hipótese de limitação administrativa, com prazo prescricional quinquenal. Invertidos os ônus da sucumbência.

Dessarte, não há se cogitar em majoração dos honorários advocatícios.

O escopo principal dos honorários advocatícios recursais é de desestimular a interposição de recurso pela parte vencida, inibindo o exercício abusivo do direito de recorrer e, com isso, fortalecendo as decisões judiciais

No caso dos autos, o Recurso Especial foi provido. Logo, não houve trabalho adicional, mas sim trabalho necessário para o provimento do recurso.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. AGRAVO INTERNO EM QUE SE REQUER A MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ART. 85, §11º DO CPC/2015). IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. RECURSO PROVIDO. AUSÊNCIA DE TRABALHO ADICIONAL.

I - Não merece ser acolhido o pleito da parte agravante para majorar os honorários advocatícios, uma vez que o recurso especial foi provido. Logo, não houve trabalho adicional da parte recorrente. O escopo principal dos honorários advocatícios recursais é "desestimular a interposição de recurso pela parte vencida, inibindo o exercício abusivo do direito de recorrer e, com isso, fortalecendo as decisões judiciais" (EDcl no AgInt no REsp 1573573 / RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 08/05/2017).

II - Sendo assim, não há, no caso dos autos, possibilidade de majoração de honorários, pois o recurso especial foi provido, logo não houve trabalho adicional, mas sim trabalho necessário para o provimento do recurso. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1063463/PE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 05/03/2018; AgInt nos EREsp n. 1.539.725/DF, Relator Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/8/2017, DJe 19/10/2017; AgInt no AREsp 1161606/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017.

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp n. 1.664.285/SC, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda

Superior Tribunal de Justiça

Turma, julgado em 5/4/2018, DJe 10/4/2018.)

Ao lume do exposto, **acolhem-se os Embargos de Declaração, apenas para inverter o ônus de sucumbência.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator